



Processo n.º: 33.214/2014 (02 volumes e 11 anexos)

Origem: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação n.º 30/2014-DA, formulada pelo MPjTCDF, versando acerca de diversas irregularidades em convênio celebrado entre a SEC/DF e a entidade privada, sem fins lucrativos, Associação Ruarte de Cultura, para realização do projeto denominado “11º Festival de Bonecos de Brasília”, cujo objetivo foi a realização de apresentações de espetáculos de teatro de bonecos e oficinas no Plano Piloto, Guará, Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia, Santa Maria e Varjão, com entrada franca a toda a população, nos dias 12 a 28 de novembro de 2012. Decisão n.º 2.841/2016: conhecimento da exordial e determinação à unidade instrutiva para que realize os procedimentos de fiscalização necessários para apurar a legalidade, economicidade e a correta aplicação dos recursos no âmbito dos ajustes celebrados entre a Secretaria de Cultura e a Associação Ruarte, nos anos de 2011, 2012 e 2013. Realização de inspeção em cumprimento a Decisão n.º 2.841/2016. Decisão n.º 3.473/2017: conhecimento da inspeção realizada, e concessão de prazo improrrogável de 30 (trinta) dias à Secretaria de Cultura e à Associação Ruarte para apresentação de considerações sobre os achados identificados. Encaminhamento de manifestação por parte da SEC/DF. Ingresso de pedido de cópia integral dos autos, cominado com solicitação de dilação de prazo por 60 (sessenta) dias formulado pela Associação Ruarte de Cultura. Despacho da Presidência deferindo o fornecimento de cópia integral do feito. Unidade instrutiva encaminha os autos tendo em conta a ausência de manifestação acerca do pedido de dilação de prazo requerido. Decisão n.º 5.500/2017: conhecimento dos documentos carreados aos autos, denegação da dilação de prazo por ausência de fundamentação legal nas normas de regência, ciência da decisão a ser adotada à associação, com esclarecimentos acerca da questão e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. **Nesta fase:** análise de mérito da Representação n.º 30/2014-DA. Unidade instrutiva pugna: pelo conhecimento do expediente acostado ao feito e da matriz de responsabilização; pela audiência dos responsáveis indicados, a serem examinadas em autos apartados, para apresentação de razões de justificativa, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da LO/TCDF; e pela conversão dos autos em TCE, com a consequente citação dos indicados na matriz de responsabilização, para apresentarem defesa ou recolherem ao tesouro distrital o valor correspondente ao prejuízo apurado. Aquiescência do Ministério Público. VOTO convergente, com ajustes redacionais.

RELATÓRIO

Tratam os autos da Representação n.º 34/2014-DA (fls. 03/06), formulada pelo Ministério Público que autu junto a este Tribunal, versando sobre irregularidades em convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF e a entidade privada sem fins lucrativos Associação Ruarte de Cultura, para a realização do projeto denominado “11º Festival de Bonecos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 292

Proc: 33214/14

Rubrica

de Brasília”.

O projeto tinha como objetivo espetáculos de teatro de bonecos e oficinas no Plano Piloto, Guará, Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia, Santa Maria e Varjão, com entrada franca a toda a população, nos dias 12 a 28 de novembro de 2012 (fls. 105/106 do Anexo I).

Na deliberação plenária, ocorrida na Sessão Ordinária n.º 4.870, de 02.06.2016, esta Corte de Contas prolatou a **Decisão n.º 2.841/2016** (fl. 44), *in verbis*:

*“O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, que tem por fundamento, in totum, o parecer do Ministério Público, decidiu **determinar à Unidade Técnica que realize os procedimentos de fiscalização necessários para apurar a legalidade, economicidade e a correta aplicação dos recursos no âmbito dos ajustes celebrados entre a Secretaria de Cultura e a empresa Associação RUARTE, nos anos de 2011, 2012 e 2013.** Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto.”* (grifos acrescidos).

Posteriormente, nos termos vazados na **Decisão n.º 3.473/2017** (fl. 231), de 20.07.2017, a Corte de Contas assim deliberou em relação ao procedimento de fiscalização realizado:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) das Notas de Inspeção n.ºs 18, 22 e 31 – 3ª Diacomp (fls. 75, 77/78 e 80/81); b) dos Ofícios n.ºs 122/2016-SUAG/SECULT (fl. 76), 691/2016-GAB/SEC (fl. 83), 03/2017-GAB/SEC (fl. 89) e 175/2017 – GAB/SEC (97); c) da Informação n.º 66/2017 – 3ª Diacomp (fls. 190/202-v); d) do Parecer n.º 604/2017-DA (fl. 216) II – **conceder à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, e à Associação Ruarte de Cultura (CNPJ: 05.018.694/0001-080), nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução do TCDF n.º 271/2014, o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para apresentação de considerações sobre os achados identificados no bojo da Informação n.º 66/2017-3ª Diacomp;** III – autorizar: a) em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o envio de cópia da Informação n.º 66/2017-3ª Diacomp e desta decisão aos destinatários da diligência inserta no item II; b) o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para as providências de sua alçada.”*

A referida deliberação plenária foi conhecida pela jurisdicionada em 1º.08.2017, consoante documento acostado à fl. 233.

Nos termos vazados no Ofício n.º 608/2017-GAB/SEC, o titular da Pasta de Estado encaminhou as considerações da SEC/DF acerca da inspeção realizada (fls. 235/237-v).

Por seu turno, após duas tentativas infrutíferas de comunicação da Decisão n.º 3.473/2017 à Associação Ruarte de Cultura (fls. 234/234-v e 238/238-v), a Corte de Contas conseguiu dar ciência da referida deliberação plenária à referida entidade associativa em 29.08.2017 (fl. 244).

Em 09.10.2017, a Sra. Ana Zilda Fortes Barbosa encaminhou a esta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 293

Proc: 33214/14

Rubrica

Corte de Contas o peticionamento de fl. 245, por meio do qual a Associação Ruarte requereu cópia integral dos autos, bem como a concessão de dilação de prazo por 60 (sessenta) dias para apresentação de considerações sobre os achados identificados no procedimento de fiscalização.

Por meio do despacho de fl. 246, o titular da Seacomp/TCDF tramitou os autos ao Gabinete da Presidência para fins de concessão da cópia do presente processo, tendo em conta a existência de documentos que não foram apreciados no mérito pelo Plenário.

A Ilustre Conselheira-Presidente, mediante Despacho da Presidência de fl. 247, autorizou o fornecimento de cópia integral dos autos à entidade, determinando a remessa dos autos à Segecex/TCDF para adoção das medidas necessárias ao atendimento do pleito.

Em 16.10.2017, a Associação Ruarte obteve a cópia integral do presente processo (fls. 248/249).

Por intermédio da **Decisão n.º 5.500/2017** (fl. 258), de 14.11.2017, o Plenário decidiu sobre o pedido de prorrogação de prazo constante de peticionamento de fl. 245, conforme a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do pedido de cópia integral dos autos em exame e de dilação de prazo por 60 (sessenta) dias formulado pela Associação Ruarte de Cultura (fl. 245) em 09.10.2017, para atendimento da diligência inserta no item II da Decisão n.º 3.473/2017; b) do deferimento de cópia integral dos autos à entidade associativa, nos termos do Despacho da Presidência de fl. 247; II – **denegar o pedido de prorrogação de prazo formulado pela associação Ruarte, ante a ausência de previsão legal para a sua concessão, a teor do disciplinado no art. 172 do RI/TCDF e nos arts. 1º e 2º da Resolução n.º 271/2014;** III – **dar ciência desta decisão à subscritora do peticionamento de fl. 245, esclarecendo-lhe que poderá, caso queira, no prazo de 02 (dois) dias após a ciência deste decisum, protocolizar nesta Corte de Contas as suas considerações acerca dos achados de inspeção a que alude a Informação n.º 66/2017 – 3ª Diacomp;** IV – autorizar o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para adoção das providências a que alude o art. 3º da Resolução TCDF n.º 271/2017. O Conselheiro PAULO TADEU deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF” (destaquei).*

Em atenção ao item II da Decisão n.º 3.473/2017, a Pasta da Cultura remeteu ao Tribunal, em 11.08.2017, o Ofício n.º 608/2017-GAB/SEC (fl. 235), juntamente com os anexos de fls. 236/237-v.

Já a Associação Ruarte de Cultura deixou de exercer seu direito de manifestação prévia concedido pela Corte.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A 3ª Divisão de Acompanhamento/TCDF, após contextualizar o feito, manifestou-se por meio da Informação n.º 219/2017-3ª Diacomp (fls. 264/278), destacando-se o que segue:



"I - Dos Objetivos desta Informação

5. Esta peça processual tem como objetivo, preliminarmente, proceder ao exame das considerações circunstanciadas da Secretaria de Cultura sobre os achados identificados na Informação nº 66/2017 – 3ª Diacomp. Serão formuladas, em seguida, as conclusões e sugestões.

III - Da Representação Exclusiva Fabricada

6. No Tópico I da Informação nº 66/2017 – 3ª Diacomp, o Órgão Instrutivo relatou (fls. 191/194):

7. O inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993 prevê a inexigibilidade de licitação "... para contratação de qualquer profissional do setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública".

8. A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal contratou, com fundamento no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993, vários artistas e grupos de teatro de bonecos por meio da Associação Ruarte de Cultura para apresentações em diversas Regiões Administrativas entre 2011 e 2013. A Associação seria o representante exclusivo dos artistas.

9. Observa-se que todas as declarações e cartas de exclusividade foram firmadas em datas próximas aos eventos. Por exemplo, nos Processos Administrativos 150.002.751/2011, 150.002.762/2011 e 150.002.824/2011, as apresentações ocorreram **em outubro de 2011** (fls. 1/3, 34/35 e 71/73 do Anexo IX). As declarações de exclusividade, por sua vez, foram firmadas **em 22/09/2011** (fls. 4, 19, 36, 47/48, 74 e 103 do Anexo IX).

10. As situações relatadas indicam que a representação exclusiva dos artistas e grupos de teatro de bonecos pela Associação Ruarte de Cultura foi forjada, configurando ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei de Licitações e ato de improbidade administrativa. Não havia, de fato, uma relação duradoura entre o representado e a empresa representante de forma a evidenciar a representação exclusiva.

11. Sobre o assunto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na Ação Civil nº 25793320125058500, pontificou:

"ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. DE FRAUDE A PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CAUSA DE INEXIGIBILIDADE NÃO CONFIGURADA. CONTRATAÇÃO DE BANDAS PARA O SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA/SE. IMPOSSIBILIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO. CONDUTA ÍMPROBA DENQUADRADA NO ART. 10, VIII, DA LEI Nº 8.249/92. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRESENÇA DE DOLO POR PARTE DOS DEMANDADOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.

1. Apelação interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em face de sentença responsável por julgar improcedente a ação civil pública de improbidade administrativa proposta pelo ora apelante em face de JOSE AUGUSTO DOS SANTOS E OUTRO, com base na suposta ilegalidade da contratação, por inexigibilidade de licitação, de shows para o "São João de Paz e Amor" no município de Areia Branca/SE, incidindo-se, pois, na hipótese prevista no art. 10, inciso VIII, da Lei 8.429/92, com a consequente aplicação das penalidades previstas no art. 12, inciso II ou, subsidiariamente, inciso III da referida lei.

2. Relatório emitido pela Controladoria Geral da União concluiu que a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

contratação efetuada por inexigibilidade de licitação da empresa CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA para a promoção de shows para o "São João de Paz e Amor" no município de Areia Branca/SE não se sustenta, tendo em vista que as cartas de exclusividade acostadas ao certame se referiam a apenas aquele evento específico e não a exclusividade do artista ou de seu empresário para lidar com a Administração Pública, em termos genéricos, como exclusivo representante.

3. Patente é a ilegalidade no procedimento de inexigibilidade da licitação, vez que a exclusividade elucidada no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93 pressupõe uma relação contratual duradoura, e não algo pontual, destinado à apresentação em um único evento. Neste viés, a empresa em comento agiu como mera intermediária, pelo fato de as cartas de exclusividade das bandas serem somente destinadas a apresentações específicas, com datas marcadas.

4. Ademais, restou também descumprido o requisito da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública, vez que, pela análise das propagandas das bandas contratadas, depreende-se que se tratam de bandas de pequeno porte, cujo estilo musical não lhes são peculiar e nem foram por elas criado, podendo ser perfeitamente apresentado por outras. Neste viés, plenamente possível a concorrência, de modo que possibilitaria à Administração Pública a contratação pelo menor preço.

5. Entretanto, para fins de incidência do art. 10 da Lei 8.429/92, mister é a efetiva comprovação do dano patrimonial aos cofres públicos, e não a mera violação de qualquer um de seus incisos. Precedente: AgRg no AREsp 374.913/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 11/04/2014.

6. Não conseguiu o parquet federal quantificar o dano aos cofres públicos isto porque não foram trazidos aos autos os gastos da União caso tivesse ocorrido o certame licitatório, o que delimitaria o montante que foi pago a mais e permitiria a condenação de ressarcimento integral do dano.

7. Da análise das provas contidas nos autos, depreende-se que o ex-gestor municipal direcionava os empresários das bandas a JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS - responsável pela empresa demandada - para que assinassem cartas de exclusividade, condição sine qua non para contratação e apresentações no município de Areia Branca. Tal condicionante era igualmente informada pelo representante da empresa CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

8. Com tais condutas, resta clarividente o dolo e a má-fé dos agentes em fraudar certame licitatório, com a consequente violação dos princípios da legalidade e da moralidade - ambos esculpido no art. 37 da Carta Maior - tornando possível a condenação dos demandados nos termos do art. 11 da Lei de Improbidade.

9. Condenação dos réus nas seguintes penas do art. 12 da LIA: a) ASCENDINO DE SOUZA SANTOS - suspensão dos direitos políticos e proibição de contratação com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de 5 (cinco) vezes o valor da remuneração que recebia como prefeito; b) JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS - suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais); c) CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

10. Apelação parcialmente provida" (grifo nosso).

7. A Pasta Distrital não contestou a irregularidade. O Subsecretário



de Administração Geral relatou, inclusive, a falta de condições de “... oferecer manifestação e/ou justificação sobre o entendimento esposado pelas autoridades à época dos fatos, mormente pelo fato de que todos os atores dos processos em análise eram servidores comissionados, que deixaram de manter vínculo com esta Pas-ta na atual Gestão” (fl. 236).

8. Para indicação dos responsáveis pela ilegalidade, serão tomados como exemplos os Processos nºs 150.002.751/2011 e 150.002.824/2011, já que repre-sentam o padrão observado nos demais processos. A primeira responsável é a então Subsecretária de Políticas e Promoções Culturais da SEC/DF, Maria de Fátima Santos de Deus. A Ex-Gestora elaborou projetos básicos para contratação de artistas por intermédio de empresa que não podia ser considerada representante exclusiva (fls. 1/3 e 71/73 do Anexo IX).

9. O outro responsável é o Senhor Hamilton Pereira da Silva, então Se-cretário de Cultura, por ter ratificado as dispensas de licitação eivadas do vício em apreço (fls. 31 e 102 do Anexo IX).

10. É pertinente realçar que a ratificação de uma dispensa não represen-ta um ato meramente formal. A partir desse ato administrativo, o dirigente de um órgão público chancela todos os atos de seus subordinados, dando validade jurídica à contratação sem prévio procedimento licitatório.

11. Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territó-rios proferiu o Acórdão nº 1.063.049, in verbis:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO. SITUAÇÃO EMERGENCIAL NÃO CONFIGURADA. DIRECIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO. PENA PECUNI-ÁRIA. PROPORCIONALIDADE COM A GRAVIDADE DA CONDUTA E A CULPA DO AGENTE. RECURSOS DESPROVIDOS. 1. Não se carac-teriza estado de emergência, a autorizar a dispensa de licitação nos moldes do art. 24, IV, da Lei 8.666/93, quando o status quo de carência de determinado serviço já está há muito consolidado e não há provas de sua mo-dificação por fatores ou condições que ensejam um quadro de emergência. 2. A caracterização do estado de emergên-cia em casos tais não prescinde da demonstração, lastre-ada em fatos concretos, de risco premente ou dano efeti-vo, que reclame ação imediata da Administração, não sen-do suficiente a alusão a risco potencial, remoto e abs-trato. 3. A demonstração inequívoca de interesse da Ad-ministração em contratar com empresa que sequer havia apresentado proposta no processo licitatório, vindo a apresentá-la somente após a materialização desta inten-ção, caracteriza direcionamento da licitação e ofende os princípios basilares da moralidade e impessoalidade. 3. Ao exigir a ratificação do ato de dispensa de licitação pela autoridade superior, a Lei não perseguiu conferir mera formalidade ao rito, mas estabelecer uma necessidade de se verificar a presença dos pressupostos da medida excepcional justificadora de dispensa do certame. 4. Age com culpa grave, e incorre em ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, o administrador que olvida-se de uma análise criteriosa dos fatos e confirma o ato de seu subalterno, seja por compartilhar de seus desidera-tos, ou como os atos foram conduzidos até aquele momento por optar por concorrer com dolo ou culpa, para o pros-seguimento do



procedimento tal como lhe foi entregue. 5. Apenas pecuniária imposta para o ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário deve ser proporcional à gravidade da conduta e à culpa do agente público, não merecendo reparo a sentença que se pautou por estas balizas. 6. APELAÇÕES CONHECIDAS E DESPROVIDAS”.

12. Cabe ressaltar que o Setor Jurídico da Pasta Distrital fez, especificamente no Processo 150.002.824/2011, ressalvas sobre as declarações de exclusividade, apontando a falta de autenticação e a necessidade de serem prévias às apresentações (fls. 92/100 do Anexo IX).

13. De acordo com o art. 248, inciso IV do RI-TCDF, deve o Tribunal determinar a audiência dos citados Ex-Gestores para apresentação de justificativa, dada a possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, devido à ofensa do inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993.

IV - Da Justificativa de Preços Fraudada

14. A Unidade Técnica, no Tópico II da Informação nº 66/2017 – 3ª Dia-comp, pontificou (fls. 194/197):

13. O inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93 prescreve:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

III - justificativa do preço”.

14. Da leitura do normativo, constata-se que, para contratação por inexigibilidade, o gestor público deve comprovar que os preços contratados estão de acordo com os preços de mercado.

15. A Nota Técnica nº 01/2011 – UAG/AJL da Secretaria de Cultura determinou que “a fixação do cachê observará de forma rigorosa os valores percebidos pelo artista em pelo menos 3 (três) apresentações nos dois anos anteriores, em eventos realizados pelo Poder Público e pela iniciativa privada, comprovados por contratos ou respectivas notas fiscais, originais ou por cópia autenticada, respeitando-se, sempre, os limites acima estabelecidos”, para fins de cumprimento do inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei de Licitações (fls. 184/187).

16. Com intuito de burlar a exigência da Nota Técnica nº 01/2011 – UAG/AJL na contratação da Entidade Privada como representante exclusivo de artistas e grupos de teatro de boneco, houve, em vários processos, a utilização de contratos com indícios de fraude para justificar os valores dos cachês.



17. O primeiro indício de fraude está ligado à existência de contratos com datas de celebração posteriores aos eventos a que se relacionam.

18. Vários contratos da empresa RC&B Serviços para Eventos Ltda. fazem, por exemplo, menção a apresentações artísticas na **Festa dos Mamulengos do Brasil de 2008**, mas foram assinados em **25/07/2009** (fls. 13/15, 29/31, 58/60 e 99/101 do Anexo VII, 29/31, 53/55, 83/85 e 101/103 do Anexo VIII, 27/29 e 44/46 do Anexo IX e 12/14 e 32/34 do Anexo X). Já alguns dos ajustes da Barravento Produção Cultural Ltda. – ME referem-se a apresentações artísticas no **Festival Internacional de Bonecos de Brasília 2007**, contudo, também foram firmados em **25/07/2009** (fls. 16/18, 26/28 e 65/67 do Anexo VII, 36/38, 80/81, 94/96 do Anexo VIII, 14/15, 24/26, 41/43 e 49/51 do Anexo IX e 9/11, 16/18 e 64/66 do Anexo X). Muitos instrumentos contratuais da Associação Cultural São Saruê dizem, por sua vez, respeito ao **Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Brasília de 2009**, ocorrido no mês de agosto de 2009, apesar de terem sido celebrados em **26/12/2008** e **30/09/2009** (fls. 21/24, 61/64 e 92/95 do Anexo VII, 32/35, 46/49 e 97/100 do Anexo VIII, 20/23 e 37/40 do Anexo IX e 5/8 e 28/31 do Anexo X).

19. O segundo indício de fraude relaciona-se ao fato de que contratos de empresas diferentes, objetos diversos e relacionados a eventos díspares possuem a mesma data de assinatura.

20. Como exemplificação, podem ser citados os contratos da RC&B Serviços para Eventos e da Barravento Produção Cultural Ltda. – ME. Os ajustes da primeira empresa cuidam, conforme anteriormente relatado, da **Festa do Mamulengo do Brasil de 2008** (fls. 13/15, 29/31, 58/60 e 99/101 do Anexo VII, 29/31, 53/55, 83/85 e 101/103 do Anexo VIII, 27/29 e 44/46 do Anexo IX e 12/14 e 32/34 do Anexo X), enquanto os da segunda firma tratam do **Festival Internacional de Bonecos de Brasília de 2007** (fls. 16/18, 26/28 e 65/67 do Anexo VII, 36/38, 80/81, 94/96 do Anexo VIII, 14/15, 24/26, 41/43 e 49/51 do Anexo IX e 9/11, 16/18 e 64/66 do Anexo X). Os instrumentos contratuais das duas prestadoras de serviços culturais, no entanto, foram celebrado na mesma data – **25/07/2009**.

21. O terceiro indício de fraude envolve contratos que tem como objeto as mesmas apresentações, mas possuem valores de cachês diferentes. Ou seja, os ajustes são idênticos, exceto quanto ao valor do cachê.

22. No Processo nº 150.002.762/2011, a título de exemplo, os contratos firmados com o Grupo Paralamanos da Bolívia aparecem, inicialmente, com os valores de cachê iguais a R\$2.000,00 (fls. 37/46



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

do Anexo IX), mas, posteriormente, de maneira estranha, os mesmos ajustes são apresentados com cachês de R\$6.000,00 (fls. 54/62 do Anexo IX).

23. Já nos Processos 150.002.830/2011 e 150.002.881/2011, os contratos das empresas Barravento Produção Cultura (fls. 9/11 e 77-v/78 do Anexo X) e RCB Serviços para Eventos (fls. 12/14 e 76/77 do Anexo X), celebrados com o artista Clóves Martins Bezerra, apresentam cachês de R\$2.000,00 e R\$4.000,00 para os mesmos eventos.

24. Fato similar ocorreu também no Processo 150.002.824/2011, referente à contratação, dentre outros, do Grupo Trulé de Portugal para o Festival Internacional de Bonecos de Brasília de 2011. Há um ajuste da Associação Ruarte em que o referido grupo foi contratado por **R\$2.400,00** para apresentação no **Festival Internacional de Bonecos de Brasília de 2007** (fls. 83/85 do Anexo IX). Após a Assessoria Jurídico-Legislativa da Secult afirmar que o preço cobrado pelos artistas não estava justificado (fls. 99 do Anexo IX), ocorreu a apresentação de um novo contrato da Barravento Produção Cultural Ltda. – ME com cachê de **R\$ 6.000,00** relativo, também, ao **Festival Internacional de Bonecos de Brasília de 2007** (fls. 108/110 do Anexo IX).

25. O quarto indício de fraude refere-se à contratação da Companhia Calunga no Processo nº 150.003.098/2012. Existe uma nota fiscal que indica a Associação Ruarte de Cultura como contratante do referido grupo para o Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Brasília de 2009 (fl. 07 do Anexo VII), enquanto há um contrato que coloca a Associação Cultural São Saruê como contratante da companhia de bonecos para o mesmo evento (fl. 21 do Anexo VII)

26. Os fatos narrados podem constituir justificativa de preços fraudada, ofendendo a Nota Técnica nº 01/2011 – UAG/AJL e o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93.

15. A Pasta Distrital não contestou a irregularidade, conforme já exposto no parágrafo sétimo desta Informação.

16. Para indicação dos responsáveis pela ilegalidade, serão tomados como exemplos os Processos nºs 150.002.751/2011 e 150.002.830/2011, já que representam o padrão observado nos demais processos. A primeira responsável é a então Subsecretaria de Políticas e Promoções Culturais da SEC/DF, Maria de Fátima Santos de Deus. A Ex-Gestora elaborou projeto básico para contratação de artistas afirmando que os preços contratados estavam de acordo com o mercado, apesar de os documentos que sustentaram tal afirmação serem claramente fraudados (fls. 1/3 do Anexo IX e 1/3 do Anexo X).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

17. Os contratos de fls. 13/15 do Anexo IX e 16/18 do Anexo X referem-se, por exemplo, ao Festival Internacional de Bonecos de Brasília de 2007, mas fo-ram assinados em 25/07/2009, ou seja, um dos instrumentos contratuais que com-provaria a adequabilidade dos preços contratados foi firmado dois anos após o evento a que se refere.

18. O outro responsável é o Senhor Hamilton Pereira da Silva, então Se-cretário de Cultura. O Ex-Gestor ratificou as dispensas de licitação eivadas do vício em apreço (fls. 31 do Anexo IX e 48 do Anexo X). Reitera-se, aqui, o registrado nos parágrafos 10 e 11, retro.

19. Cabe ressaltar, ainda, que o Setor Jurídico da Pasta Distrital fez, es-pecificamente no Processo 150.002.830/201, ressalvas sobre aos documentos que jus-tificariam os preços da contratação em exame (fls. 40/46 do Anexo X).

20. De acordo com o art. 248, inciso IV do RI-TCDF, deve o Tribunal de-terminar a audiência dos citados Ex-Gestores para apresentação de justificativa, da-da a possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Com-plementar nº 01/94, devido à ofensa do inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993.

V - Do Superfaturamento dos Cachês

21. No Tópico III da Informação nº 66/2017 – 3ª Diacomp, o Órgão Instru-tivo asseverou (fls. 197/200):

27. A Unidade Técnica constatou o superfaturamento nos cachês pagos aos artistas e grupos de teatro de bonecos representados pela Associação Ruarte de Cultura dos exercícios de 2011 a 2012 no montante de **R\$107.000,00**, de acordo com o descrito nas tabelas a seguir:

Tabela II – Processo nº 150.002.830/2011 – Mestre Cloves			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 1/3 do Anexo X)	R\$ 4.000,00 (A)	6	R\$ 24.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em contrato anterior de 2009 (fls. 5/8 do Anexo X)	R\$ 2.000,00 (B)	6	R\$ 12.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 2.000,00 (C = A-B)	6	R\$ 12.000,00

Tabela III – Processo nº 150.002.881/2011– Mestre Cloves			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 55/57 do Anexo X)	R\$ 4.000,00 (A)	1	R\$ 4.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em contrato anterior de 2009 (fls. 5/8 do Anexo X)	R\$ 2.000,00 (B)	1	R\$ 2.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 2.000,00 (C = A-B)	1	R\$ 2.000,00

Tabela IV – Processo nº 150.002.881/2011– Cia Calunga			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 55/57 do Anexo X)	R\$ 4.000,00 (A)	4	R\$ 16.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em nota fiscal de apresentação anterior de 2009 (fl. 7 do Anexo VIII)	R\$ 2.000,00 (B)	4	R\$ 8.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 2.000,00 (C = A-B)	4	R\$ 8.000,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Tabela V – Processo n° 150.003.098/2012– Cia Calunga			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (1/2 do Anexo VIII)	R\$ 4.000,00 (A)	6	R\$ 24.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em nota fiscal de apresentação anterior de 2009 (fl. 7 do Anexo VIII)	R\$ 2.000,00 (B)	6	R\$ 12.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 2.000,00 (C = A-B)	6	R\$ 12.000,00

Tabela VI – Processo n° 150.002.764/2011– Cia Calunga			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 71/73 do Anexo VIII)	R\$ 4.000,00 (A)	3	R\$ 12.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em nota fiscal de apresentação anterior de 2009 (fl. 7 do Anexo VIII)	R\$ 2.000,00 (B)	3	R\$ 6.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 2.000,00 (C = A-B)	3	R\$ 6.000,00

Tabela VII – Processo n° 150.002.803/2011– Cia Calunga			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 1/3 do Anexo VII)	R\$ 4.000,00 (A)	7	R\$ 28.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em nota fiscal de apresentação anterior de 2009 (fl. 7 do Anexo VIII)	R\$ 2.000,00 (B)	7	R\$ 14.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 2.000,00 (C = A-B)	7	R\$ 14.000,00

Tabela VIII – Processo n° 150.002.913/2011– Cia Calunga			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 134/139 do Anexo X)	R\$ 8.000,00 (A)	2	R\$ 16.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em nota fiscal de apresentação anterior de 2009 (fl. 7 do Anexo VIII)	R\$ 2.000,00 (B)	2	R\$ 4.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 6.000,00 (C = A-B)	2	R\$ 12.000,00

Tabela IX – Processo n° 150.002.751/2011– Grupo Paralamanos			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 1/3 do Anexo IX)	R\$ 5.000,00 (A)	4	R\$ 20.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em contrato anterior de 2009 (fls. 20/23 do Anexo IX)	R\$ 2.000,00 (B)	4	R\$ 8.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 3.000,00 (C = A-B)	4	R\$ 12.000,00

Tabela X – Processo n° 150.002.762/2011– Grupo Paralamanos			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 34/35 do Anexo IX)	R\$ 5.000,00 (A)	4	R\$ 20.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em contrato anterior de 2009 (fls. 37/40 do Anexo IX)	R\$ 2.000,00 (B)	4	R\$ 8.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 3.000,00 (C = A-B)	4	R\$ 12.000,00

Tabela XI – Processo n° 150.002.760/2011– Daniel de João Redondo			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 25/27 do Anexo VIII)	R\$ 4.000,00 (A)	3	R\$ 12.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em contrato anterior de 2009 (fls. 32/35 do Anexo VIII)	R\$ 3.000,00 (B)	3	R\$ 9.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 1.000,00 (C = A-B)	3	R\$ 3.000,00

Tabela XII – Processo n° 150.002.841/2011– Daniel de João Redondo			
Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 45/47 do Anexo VII)	R\$ 4.000,00 (A)	4	R\$ 16.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em contrato anterior de 2009 (fls. 61/64 do Anexo VII)	R\$ 3.000,00 (B)	4	R\$ 12.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 1.000,00 (C = A-B)	4	R\$ 4.000,00

Tabela XIII – Processo nº 150.002.805/2011– Grupo Zé Divina

Valores da Contratação	Preço Unitário do Cachê por Apresentação	Quantidade de Apresentações	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago (fls. 83/85 do Anexo VII)	R\$ 4.000,00 (A)	5	R\$ 20.000,00
Valor considerando o preço demonstrado em contrato anterior de 2009 (fls. 92/951 do Anexo VII)	R\$ 2.000,00 (B)	5	R\$ 10.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 2.000,00 (C = A-B)	5	R\$ 10.000,00

28. Vale destacar que o cálculo do superfaturamento das contratações dos grupos e artistas considerou os contratos de apresentações feitas em 2009, visto que a Nota Técnica nº 01/2011 – UAG/AJL previa que a fixação dos cachês deveriam observar “... de forma rigorosa os valores percebidos pelo artista em pelos menos três apresentações **nos dois anos anteriores**” (grifo nosso) (fl. 187).

29. No caso específico da Companhia Calunga, houve a utilização de nota fiscal de 2009 (fl. 7 do Anexo VIII), pois o documento demonstra o preço real do cachê cobrado pelo grupo.

22. A Pasta Distrital também não contestou essa irregularidade, a exemplo do ocorrido com os assuntos tratados nos Tópicos III e IV desta Informação. Portanto, mantém-se o achado exposto na Informação nº 66/2017, que caracteriza superfaturamento nos valores contratados mediante inexigibilidade de licitação.

23. Reza o art. 25, § 2º, da Lei nº 8.666/93, verbis:

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

24. Assim, além da Associação Ruarte de Cultura, devem responder solidariamente pelo prejuízo identificado os agentes públicos responsáveis, a saber:

a) Maria de Fátima Santos de Deus, então Subsecretaria de Políticas e Promoções Culturais da SEC/DF, por ter emitido pareceres **apontando a compatibilidade entre os preços contratados e os preços de mercado**, apesar de os documentos que sustentaram tais pareceres serem claramente fraudados;

b) Hamilton Pereira da Silva, então Secretário de Estado de Cultura, por ter ratificado as dispensas de licitação e permitido, conseqüentemente, a contratação com preços superfaturados, visto que, conforme exposto nos parágrafos 10 e 11 desta Informação, o



ato de ratificação não representa uma mera formalidade.

25. O débito de R\$ 107.000,00 a valores de 2011, devidamente atualizado mediante o Sindec/TCDF, corresponde a R\$ 161.040,26 até dezembro de 2017.

26. Quantificado o valor do dano e identificados os responsáveis, aplica-se o disposto no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94 c/c art. 191 do RI-TCDF, verbis:

Lei Complementar nº 01/94

Art. 46. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 84 desta Lei Complementar.

Regimento Interno do TCDF

Art. 191. No exercício da fiscalização de que tratam os arts. 224 a 265 deste Regimento, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao patrimônio público, identificados os responsáveis e quantificado o valor do dano, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial e a citação dos envolvidos para apresentarem defesa ou recolherem a quantia devida.

27. Pelo exposto, será encaminhada sugestão de conversão destes autos em TCE com a citação dos responsáveis conforme previsto na Lei Orgânica do TCDF.

VI - Das Conclusões/Sugestões

28. A análise das contratações de artistas por intermediação da Associação Ruarte de Cultura demonstrou a ocorrência das seguintes irregularidades: **(a)** representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993); **(b)** justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica nº 01/2011 – UAG/AJL c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93) e **(c)** superfaturamento dos cachês.

29. O Tribunal deve, então, chamar, em audiência, os senhores Maria de Fátima Santos de Deus, então Subsecretaria de Políticas e Promoções Culturais da SEC/DF, e Hamilton Pereira da Silva, então Secretário de Cultura, para apresentação das razões de justificativa face às ilegalidades listadas nas letras “a” e “b”, devido à possibilidade de aplicação da multa prevista nos incisos II do art. 57



da Lei Complementar nº 01/94, conforme detalhado na Matriz de Responsabilização por Ilegalidades (fls. 261/262).

30. Além disso, deve ser determinada a citação, com esteio no art. 191 do RI-TCDF, dos mesmos servidores, bem como da Associação Ruarte de Cultura, para que apresentem defesa ou recolham o débito de R\$ 161.040,26, atualizado até dezembro de 2017, decorrente da irregularidade da letra “c”, conforme detalhado na Matriz de Responsabilização por Prejuízo (fls. 263)” (grifos originais).

Diante disso, o corpo instrutivo sugere ao egrégio Plenário a adoção das seguintes medidas:

“I -tomar conhecimento:

- a) do Ofício nº 608/2017 – GAB/SEC com vários documentos anexos (fls. 235/237-v);
- b) das Matrizes de Responsabilização de fls. 261/263;

II -determinar:

- a) com base no art. 248, inciso IV do RI-TCDF, a audiência do Senhores indicados na Matriz de Responsabilização por Ilegalidade (fls. 261/262) para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, as razões de justificativa face graves infrações a normas legais ali indicadas, devido à possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, devendo o assunto ser acompanhado em processo apartado;
- b) com esteio no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94 c/c art. 191 do RI-TCDF, a conversão dos autos em tomada de contas especial, e a citação dos envolvidos, indicados na Matriz de Responsabilização por Prejuízo (fl. 263), para apresentarem defesa ou recolherem a quantia de R\$ 161.040,26, devidamente atualizada nos termos do art. 212 do RI-TCDF;

III - autorizar:

- a) a constituição de autos apartados para tratar das audiências determinadas no item “II.a”;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências cabíveis e posterior remessa à Secretaria de Contas”.

Registro que as sugestões consignadas na instrução mereceram a concordância do diretor da 3ª Divisão de Acompanhamento e do titular da Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF (fls. 278/278-v).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto a este Tribunal – MPJTCDF, mediante o Parecer n.º 289/2018-G3P (fls. 281/290), da lavra do i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, opinou nestes termos, no que pertine:



“12. Registro, de antemão, que as análises realizadas pela Unidade Técnica revelam que os argumentos apresentados pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito não foram satisfatórios para demonstrar regularidade no repasse de recursos públicos à **Associação Ruarte de Cultura**, restando evidenciado, no entendimento ministerial, possíveis irregularidades nos processos de inexigibilidade de licitação, em especial: a ausência de efetiva exclusividade da entidade para a contratação de artistas, em afronta ao inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/1993; inconsistências nas justificativas de preços, cujos dados não caracterizam a vantajosidade efetiva dos preços contratados, bem como há indícios de possível superfaturamento de preços em descompasso com o Princípio da Economicidade.

13. No caso vertente, a exclusividade de representação dos artistas pela **Associação Ruarte de Cultura** foi demonstrada por meio de cartas e declarações firmadas em datas próximas aos eventos. O Corpo Técnico destacou que, nos “Processos Administrativos 150.002.751/2011, 150.002.762/2011 e 150.002.824/2011”, as declarações de exclusividade estão datadas de “22/09/2011 (fls. 4, 19, 36, 47/48, 74 e 103 do Anexo IX)” e “as apresentações ocorreram em outubro de 2011 (fls. 1/3, 34/35 e 71/73 do Anexo IX. Assim, não havia, de fato, uma relação duradoura entre o representado e a empresa representante de forma a evidenciar a representação exclusiva, nos processos examinados.

14. Nesse contexto, a irregularidade do referido procedimento consiste no fato de a exclusividade ser **meramente temporária ou pontual**. O entendimento das Cortes de Contas vem se consolidando no sentido de que representações artísticas dessa natureza distorcem o disposto no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

15. Sobre esse aspecto, cito a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 11197/2011-TCU-2ª Câmara, onde se verificou a irregularidade da declaração de exclusividade de apresentação de artistas em datas específicas, por não se coadunar com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

27. Conforme se verifica, a empresa (omissis) foi contratada por inexigibilidade para atuar como mera intermediária entre a prefeitura e os empresários dos artistas participantes do festival. As pretensas declarações de exclusividade apresentadas pela empresa apenas confirmam essa constatação, pois foram firmadas pelos empresários/artistas para conceder à empresa poderes de representação especificamente para fins de realização de show durante o Festival Canto das Orquídeas.

28. Por conseguinte, a contratação da empresa E. A. Alves não satisfaz os requisitos de inexigibilidade previstos no art. 25, inciso III, da Lei 8666/93. (...)

16. No mesmo sentido, foi proferido o Acórdão 1731/2018 – 1ª



Câmara – no sentido de que tais declarações pontuais tratam de condições criadas para impedirem a concorrência entre possíveis licitantes, in verbis:

“8. No tocante aos argumentos trazidos no recurso, de fato, desde a prolação do Acórdão 96/2008-Plenário, o Tribunal entende que a apresentação apenas de autorização/atesto/carta de exclusividade que confere exclusividade ao empresário do artista somente para os dias correspondentes à apresentação deste, sendo ainda restrita à localidade do evento, não atende aos pressupostos do art. 25, inciso III, da Lei 8.666/1993, representando impropriedade na execução do convênio.

9. Ademais, é pressuposto da inexigibilidade de licitação a inviabilidade real de competição, ou seja, a impossibilidade de disputa não pode decorrer da vontade deliberada das partes ao instituir uma cláusula restringindo a exclusividade de representação a uma pessoa física ou jurídica específica apenas para determinado dia e local. Dito de outro modo, a liberdade contratual, ao contrário do que é dito pelo recorrente, é limitada, devendo as cláusulas negociais observarem os princípios e as regras previstas no ordenamento jurídico”.

“Sumário

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVÊNIO. CONTRATAÇÃO DE ARTISTA COM CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE ESPECÍFICO PARA A DATA DO EVENTO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. IRREGULARIDADE. MULTA. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO”.

17. Faço referência, nesse contexto, ao Parecer nº 292/2015–ML, no qual o MPC destacou que “que tais contratos de exclusividade devem ser pautados na fidúcia, ou seja, na confiança entre representante e representado, denotando uma relação duradoura e não apenas para a data de determinado evento”.

18. Com efeito, a ausência de uma relação duradoura desfigura a relação jurídica prévia de lealdade e de confiança entre o empresário e o artista, ou seja, desfigura a exclusividade, critério caracterizador da impossibilidade de competição previsto no inciso III, art. 25 da Lei 8666/1993.

*19. Além disso, a intermediação desnecessária para a contratação tem potencial para a elevação dos preços, haja vista a intermediação **adicional** de terceiros na contratação. No caso concreto, houve indícios de majoração de preços contratados.*

20. O Corpo Técnico observou outras inconsistências nos documentos de contratação. Conforme a Informação nº 66/2017- 3ª DIACOMP, fls. 190/202, houve quatro indícios de fraude documental: a) “existência de contratos com datas de celebração posteriores aos eventos a que se relacionam”; b) “contratos de empresas diferentes, objetos diversos e relacionados a eventos díspares possuem a mesma data de assinatura”; c) “contratos que tem como objeto as mesmas apresentações, mas possuem valores de cachês diferentes”; d) “contratação da Companhia Calunga no Processo nº 150.003.098/2012. Existe uma nota fiscal que indica a Associação Ruarte de Cultura como contratante (...) (fl. 07 do Anexo VII), enquanto há um contrato que coloca a Associação Cultural São



Saruê como contratante da (mesma) companhia de bonecos para o mesmo evento (fl. 21 do Anexo VII)”.

21. Foram acostadas, nos apensos, cópias de diversos documentos considerados pela SECULT suficientes para caracterizarem os valores praticados pelo mercado. Todavia, o conjunto das falhas encontradas pelo Corpo Técnico, nesses documentos, são indícios de que alguns dos contratos apresentados, favorecendo a Associação Ruarte, podem ter sido produzidos a posteriori.

22. Além disso, o Corpo Técnico verificou divergência de valores, levando em conta os preços mais modestos apresentados nos mesmos documentos. Se considerados tais preços como os de referência, o SECULT haveria de contratar os mesmos artistas a um valor consideravelmente menor, totalizando um possível dano ao erário de R\$107.000,00.

23. A pesquisa de preços é etapa fundamental à comprovação da economicidade da contratação, principalmente nos casos de inexigibilidade de licitação, conforme o art. 7º, § 2º, inciso II, c/c art. 26, § único, inciso III, da Lei de Licitações e Contratos.

Art. 7o (...)

§ 2o As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

Art. 26. (...)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: (...)

III - justificativa do preço.

(Grifei)

24. Segundo Marçal Justen Filho, os preços de mercado, nos casos de inexigibilidade de contratação, podem ser demonstrados pela apresentação de documentos idôneos a comprovar por quais valores a pretensa contratada vem prestando serviços idênticos ou similares a outros órgãos públicos ou a empresas particulares, in verbis:

A validade da contratação depende da verificação da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública. (...) A razoabilidade do preço deverá ser verificada em função da atividade anterior e futura do próprio particular. O contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares coma as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional. Não é admissível que o particular, prevalecendo-se da necessidade pública e da ausência de outros competidores, eleve os valores contratuais¹.

25. O Parecer Normativo nº 393/2008-PROCAD-PGDF disciplinou aspectos específicos sobre a pesquisa de preços para contratação de artistas no âmbito do Distrito Federal, in verbis:

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 370.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Quanto à justificativa de preços, deve a Administração realizar exaustiva pesquisa de preços no mercado, comparando o cachê cobrado por aquele artista com outras apresentações em condições semelhantes àquelas em que se dará o evento. Tal consulta deverá incluir tanto o preço cobrado em eventos particulares como em eventos custeados por verba pública.

Deverá, ainda, a Administração comparar os preços cobrados com aqueles praticados por artistas de semelhante consagração na crítica especializada e/ou opinião pública².

26. Nesse sentido, a contratação deveria ser instruída com contratos, notas fiscais anteriores ou outros documentos idôneos, públicos ou privados, de contratações dos mesmos profissionais ou de eventos similares, informando os preços praticados pelo mercado.

27. Considerando os normativos de regência, a jurisprudência do Tribunal de Contas do Distrito Federal vem responsabilizando gestores por falhas em contratação de artistas, a exemplo da imputação de multa em gestores da SECULT por falhas na pesquisa de preços, a exemplo da DECISÃO Nº 2276/2014 (Processo nº 30963/2011), in verbis:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação nº 32/14; II – considerar revéis os chamados em audiência para apresentação de razões de justificativa, por ausência de manifestação, tendo em conta a autorização contida no Item III da Decisão nº 3.863/13, nos termos do art. 13, § 3º, da LC nº 01/94; III – aplicar a multa capitulada no art. 57, incisos II e III, da LC nº 01/94, aos nominados no parágrafo 31 da Informação nº 31/13, em face das falhas na contratação dos artistas Banda Restart (Processo GDF nº 150.002.649/11) e César Menotti & Fabiano (Processo GDF nº 150.000.825/11), no que concerne à: **a) deficiência na pesquisa de preços, contrariando o Parecer nº 393/2008 - PROCAD/PGDF e o inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93; b) ato antieconômico, devido aos valores pagos estarem acima daqueles praticados no mercado, conforme apontado nos itens II.2 e II.3 da Informação nº 31/13; IV – tendo em conta que as irregularidades apontadas podem afetar as contas anuais do gestor, no exercício de 2011, determinar à Secretaria de Contas que considere a matéria tratada nos autos na análise das contas anuais pertinentes; V – aprovar, expedir e mandar publicar o acordão apresentado pela Relatora; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as devidas providências. (Grifei).***

*28. No caso concreto, as pesquisas de preços acostadas nos autos apresentaram divergências graves, inconsistências documentais sobre a idoneidade e veracidade das informações apresentadas. Em razão das falhas, há indícios de que não houve vantagem nas contratações. Segundo o Corpo Técnico, houve possível majoração de R\$ 107.000,00, **in casu**.*

29. Além disso, não houve extensão dos trabalhos de aferição dos preços de mercado por outras fontes de dados pela Secretaria de Estado de Cultura, o que poderia ter sido feito, dado que a pesquisa deve ter um caráter amplo. Nesse sentido, houve, no mínimo,

² Disponível em: www.sinj.df.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 309

Proc: 33214/14

Rubrica

negligência dos gestores responsáveis na instrução dos autos. Portanto, o MPC converge ao mérito das questões suscitadas pelo diligente Corpo Técnico sobre as falhas na justificativa de preços.

*30. Nesse sentido, compreende-se que a documentação de pesquisa de preços disponibilizada deve ser considerada inepta a comprovar os preços de mercado, economicidade e razoabilidade dos custos da contratação. Razão suficiente, **per si**, à audiência proposta pelo Corpo Técnico.*

31. No que tange ao possível superfaturamento, o MPC não se opõe à proposta para conversão dos autos em Tomada de Contas Especial.

32. Registre-se que, em momento anterior, a pedido do Ministério Público do Distrito Federal (Ofício nº 775/2017-6ª PRODEP/MPDFT fl. 211), houve remessa de cópias da Representação e da Informação nº 66/2017-3ª DIACOMP, que noticiam detalhadamente os fatos e condutas irregulares aqui apurados (Ofício nº 156/2017-P/SEGECEX, fl. 232), que também podem constituir condutas tipificadas no Código Penal (art. 289 CP). Assim, é dispensável nova notícia dos fatos ao MPDFT.

*33. Este representante do **Parquet** especializado acolhe as sugestões formuladas pela Unidade Técnica” (grifos do original).*

É o relatório.



VOTO

Tratam os autos da Representação n.º 34/2014-DA, formulada pelo MPJTCDF, versando sobre irregularidades em convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF e a entidade privada sem fins lucrativos Associação Ruarte de Cultura, para a realização do projeto denominado “11º Festival de Bonecos de Brasília”.

O projeto tinha como objetivo espetáculos de teatro de bonecos e oficinas no Plano Piloto, Guará, Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia, Santa Maria e Varjão, com entrada franca a toda a população, nos dias 12 a 28 de novembro de 2012.

Lembro que mediante a **Decisão n.º 2.841/2016** o Tribunal determinou à unidade instrutiva que realizasse os procedimentos de fiscalização necessários para apurar a legalidade, economicidade e a correta aplicação dos recursos no âmbito dos ajustes celebrados entre a Secretaria de Cultura e a empresa Associação Ruarte, nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Em cumprimento ao *decisum*, a unidade instrutiva realizou inspeção na SEC/DF, tendo emitido as Notas de Inspeções n.ºs 18/2016, 22/2016 e 31/2016-3ª Diacomp, e consolidado os trabalhos no bojo da Informação n.º 66/2017-3ª Diacomp.

Segundo informado pelo corpo instrutivo, a partir do levantamento dos feitos no Siscoex e da construção de curvas ABC para os anos de 2011 a 2014, houve a definição dos processos administrativos que compuseram o escopo da fiscalização.

A justificativa para a inclusão de contratações do ano de 2014 para exame foi a de que a Associação Ruarte recebeu recursos financeiros expressivos naquele ano.

Mediante a Decisão n.º 3.473/2017 a Corte conheceu da inspeção realizada e concedeu prazo improrrogável de 30 (trinta) dias à Secretaria de Cultura e à Associação Ruarte para apresentação de considerações sobre os achados identificados na fiscalização.

Posteriormente, por meio da Decisão n.º 5.500/2017, o Plenário denegou a dilação de prazo requerida pela entidade associativa, por ausência de fundamentação legal, esclarecendo-lhe que poderia, no prazo de 02 (dois) dias após a ciência daquele *decisum*, protocolizar as suas considerações acerca dos achados de inspeção constantes da Informação n.º 66/2017-3ª Diacomp.

Em atenção ao item II da Decisão n.º 3.473/2017, a Pasta da Cultura remeteu ao Tribunal, em 11.08.2017, o Ofício n.º 608/2017-GAB/SEC, juntamente com os seus respectivos anexos.

Já a Associação Ruarte de Cultura deixou de exercer seu direito de manifestação prévia concedido pela Corte.

Nesta etapa, ao empreender análise dos esclarecimentos ofertados pela SEC/DF, a Secretaria de Acompanhamento/TCDF, fundamentalmente, por intermédio da Informação n.º 219/2017-3ª Diacomp ratificou a existência das



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 311

Proc: 33214/14

Rubrica

irregularidades apontadas na Informação n.º 66/2017-3ª Diacom.

A unidade instrutiva reportou que a jurisdicionada não contestou a falha atinente à inadequada demonstração de representação exclusiva de grupos e artistas pela Associação Ruarte. O corpo instrutivo arguiu que as cartas e declarações de exclusividade foram firmadas em datas próximas aos eventos, indicando terem sido elaboradas com o único fim de enquadrar a contratação na hipótese do art. 25, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993³.

Afirmou a Seacomp/TCDF que tal situação configura afronta à norma, posto que, nos casos analisados, não restou evidenciada relação duradoura entre os representados e a empresa representante, deixando de haver uma real exclusividade de representação.

Para sustentar seu posicionamento, o corpo instrutivo citou julgado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no bojo da Ação Civil n.º 25793320125058500, assim ementado, no que interessa:

“ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. DE FRAUDE A PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CAUSA DE INEXIGIBILIDADE NÃO CONFIGURADA. CONTRATAÇÃO DE BANDAS PARA O SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA/SE. IMPOSSIBILIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO. CONDUTA ÍMPROBA DENQUADRADA NO ART. 10, VIII, DA LEI Nº 8.249/92. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRESENÇA DE DOLO POR PARTE DOS DEMANDADOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.

(...)

3. Patente é a ilegalidade no procedimento de inexigibilidade da licitação, vez que a exclusividade elucidada no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93 pressupõe uma relação contratual duradoura, e não algo pontual, destinado à apresentação em um único evento. Neste viés, a empresa em comento agiu como mera intermediária, pelo fato de as cartas de exclusividade das bandas serem somente destinadas a apresentações específicas, com datas marcadas.

(...)” (grifei).

Outra irregularidade constatada pela área instrutiva está relacionada com a ausência de justificativa adequada para os preços firmados nos contratos.

De acordo com a equipe de inspeção, houve, em vários processos, a utilização, para justificar os valores dos cachês, de contratos anteriores com fortes indícios de fraude.

Os indícios, resumidamente, são os seguintes: “*existência de*

³ “Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 312

Proc: 33214/14

Rubrica

contratos com datas de celebração posteriores aos eventos a que se relacionam”; “contratos de empresas diferentes, objetos diversos e relacionados a eventos díspares possuem a mesma data de assinatura”; “contratos que tem como objeto as mesmas apresentações, mas possuem valores de cachês diferentes. Ou seja, os ajustes são idênticos, exceto quanto ao valor do cachê”; e “contratação da Companhia Calunga no Processo nº 150.003.098/2012. Existe uma nota fiscal que indica a Associação Ruarte de Cultura como contratante do referido grupo para o Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Brasília de 2009 (...), enquanto há um contrato que coloca a Associação Cultural São Saruê como contratante da companhia de bonecos para o mesmo evento”.

Foi ainda apurado superfaturamento nos cachês pagos, quantificado em R\$ 161.040,26 (referência de dezembro de 2017), resultado da diferença entre o montante dispendido pela Administração e os menores valores constantes de contratos anteriores examinados pelo corpo instrutivo.

Diante disso, a Seacomp/TCDF sugeriu ao Tribunal que, com espeque no art. 248, inciso IV, do RI/TCDF, promova a audiência dos responsáveis, e, com fulcro no art. 46 da LO/TCDF, determine a conversão dos autos em tomada de contas especial, com a consequente citação dos responsáveis, conforme discriminado na matriz de responsabilização de fls. 261/263.

O MPjTCDF, por intermédio do Parecer n.º 289/2018-G3P, da lavra do d. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, opinou de forma convergente com a unidade instrutiva.

Após compulsar os autos, tem-se que meu posicionamento sobre a matéria coincide integralmente com o que propõe os órgãos instrutivo e ministerial.

Registre-se que a entidade associativa deixou de apresentar esclarecimentos à Corte, e que a SEC/DF não trouxe ao feito elementos documentais que representassem fatores de influência ou prova capazes de alterar as conclusões consignadas na Informação n.º 66/2017-3ª Diacom.

A ordem administrativa tem como fontes a transparência e o dever de prestar contas, ante a natureza pública dos recursos. *In casu*, verifico, dos elementos que permeiam os presentes autos, que os gestores nominados na matriz de responsabilização não adotaram as devidas cautelas com vistas a resguardar o erário, contribuindo, por meio de seus atos, com a ocorrência das irregularidades identificadas na inspeção.

A fragilidade do vínculo de exclusividade entre os artistas e grupos com a Associação Ruarte, nos termos noticiados pela unidade instrutiva, configura burla à inteligência do art. 25, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993. Da forma que se deu, a contratação ocorreu mediante inexigibilidade sem respaldo em lei, afrontando o postulado do dever de licitar, de índole constitucional.

Corroboram com as análises efetuadas pelo corpo instrutivo os precedentes do Tribunal de Contas da União citados pelo d. *Parquet* especial (Acórdão n.º 11.197/2011-TCU-2ª Câmara e Acórdão n.º 1.731/2018-TCU-1ª Câmara).

Nesse sentido, transcrevo, ainda, trecho do parecer ministerial:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 313

Proc: 33214/14

Rubrica

“18. Com efeito, a ausência de uma relação duradoura desfigura a relação jurídica prévia de lealdade e de confiança entre o empresário e o artista, ou seja, desfigura a exclusividade, critério caracterizador da impossibilidade de competição previsto no inciso III, art. 25 da Lei 8666/1993.

*19. Além disso, a intermediação desnecessária para a contratação tem potencial para a elevação dos preços, haja vista a intermediação **adicional** de terceiros na contratação. No caso concreto, houve indícios de majoração de preços contratados” (grifos originais).*

Observa-se, também, não haver documentos idôneos a comprovar que os valores dispendidos pelo Poder Público guardavam equivalência com o que foi legitimamente remunerado ao particular em outras contratações semelhantes nas esferas pública ou privada.

À guisa de exemplo, resta indicado no parágrafo 17 da instrução a existência de contratos utilizados para formação dos preços dos cachês que foram assinados 2 anos após a ocorrência do evento respectivo.

A meu ver, ainda que não sejam fraldes, no sentido literal da palavra, as inconsistências da justificativa de preços são gritantes e suficientes para concluir pelo não atendimento da exigência inserta no inciso III, do parágrafo único, do art. 26, da Lei de Licitações e Contratos.

Da falha na demonstração da regularidade dos preços decorre, ainda, o superfaturamento apontado, pois, ante a falta de fidedignidade da documentação apresentada, adotou-se como referência os valores mais modestos de apresentações feitas nos dois anos anteriores aos eventos para os quais se pretendia contratar, tendo em vista o que dispõe a Nota Técnica n.º 01/2011-UAG/AJL da SEC/DF⁴.

Por fim, relevante frisar que o próprio subscritor da representação que deu origem a este feito, Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, concordou, *in totum*, com as análises, conclusões e sugestões elaboradas pela Secretaria de Acompanhamento/TCDF.

Feitas essas considerações, por entender que não merecem reparos, incorporo, em essência, às minhas razões de decidir, os fundamentos dos exames empreendidos pelos órgãos instrutivo e ministerial, já retratados no relatório.

Ante o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva e com o *Parquet* especial, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) do Ofício n.º 608/2017-GAB/SEC (fl. 235), remetidos pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF, juntamente com os anexos de fls. 236/237-v;

⁴ “a fixação do cachê observará de forma rigorosa os valores percebidos pelo artista em pelo menos 3 (três) apresentações nos dois anos anteriores, em eventos realizados pelo Poder Público e pela iniciativa privada, comprovados por contratos ou respectivas notas fiscais, originais ou por cópia autenticada, respeitando-se, sempre, os limites acima estabelecidos”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- b) da matriz de responsabilização de fls. 261/263;
 - c) da Informação n.º 219/2017-3ª Diacom (fls. 264/278);
 - d) do Parecer n.º 289/2018-G3P (fls. 281/290);
- II. com espeque nos art. 248 e 269 do RI/TCDF, determine a audiência, a serem tratadas em autos apartados, dos responsáveis nominados às fls. 261/262, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa pelas irregularidades indicadas na matriz de responsabilização, tendo em vista a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da LO/TCDF;
- III. autorize:
- a) com fulcro no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/1994, a conversão dos presentes autos em Tomada de Contas Especial, promovendo a citação dos responsáveis indicados à fl. 263 (matriz de responsabilização), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa quanto à responsabilidade que lhes é atribuída nos autos, ou recolham aos cofres do Distrito Federal o valor do débito apurado (R\$ 161.040,26), que deverá ser atualizado até a data da efetiva quitação da dívida, nos termos da Lei Complementar n.º 435/2001;
 - b) em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o envio de cópia da Informação n.º 66/2017-3ª Diacom, da Informação n.º 219/2017-3ª Diacom, da matriz de responsabilização, do Parecer n.º 289/2018-G3P, deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida aos destinatários das diligências insertas nos itens II e III.a;
 - c) o retorno dos autos à Seacom/TCDF, para as providências de sua alçada.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2018

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro-Relator